

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015

Fevereiro de 2016

Este relatório contém 59 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração dos fluxos de caixa 6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 15
II.3	Segmentos de negócio 17
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 18
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 19
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 20
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 20
Nota 5	Rendimentos 21
Nota 6	Gastos financeiros 21
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 21
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 22
Nota 9	Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões 22
Nota 10	Outros rendimentos/gastos 22
Nota 11	Custos e gastos por natureza a imputar 22
II.5	Notas ao balanço
Nota 12	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 23
Nota 13	Ativos financeiros disponíveis para venda 24
Nota 14	Outros ativos tangíveis 25
Nota 15	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 26
Nota 16	Benefícios a empregados 27

	<u>Pág.</u>
Nota 17	Outros devedores por operações de seguros e outras operações 31
Nota 18	Impostos correntes e Impostos diferidos 32
Nota 19	Outros passivos financeiros 33
Nota 20	Outros credores por operações de seguros e outras operações 33
Nota 21	Acréscimos e diferimentos 34
Nota 22	Outras provisões 34
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio
Nota 23	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 34
II.7	Outras notas
Nota 24	Transações com partes relacionadas 37
Nota 25	Gestão de riscos 38
Nota 26	Justo valor 53
Nota 27	Passivos contingentes e compromissos 54
Nota 28	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 54
III	Inventário de títulos
IV	Relatório dos auditores

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Nota	2015			2014			Eur
		Técnica	Não técnica	Total	Técnica	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	86.672.605	-	86.672.605	70.212.926	-	70.212.926	
Prémios brutos emitidos		259.662.783	-	259.662.783	238.508.271	-	238.508.271	
Prémios de resseguro cedido		(168.408.671)	-	(168.408.671)	(165.950.792)	-	(165.950.792)	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(6.802.662)	-	(6.802.662)	(2.745.936)	-	(2.745.936)	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		2.221.155	-	2.221.155	401.383	-	401.383	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(49.690.586)	-	(49.690.586)	(42.451.760)	-	(42.451.760)	
Montantes pagos		(42.942.645)	-	(42.942.645)	(43.069.295)	-	(43.069.295)	
Montantes brutos		(138.081.251)	-	(138.081.251)	(139.647.808)	-	(139.647.808)	
Parte dos resseguradores		95.138.606	-	95.138.606	96.578.513	-	96.578.513	
Provisão para sinistros (variação)		(6.747.941)	-	(6.747.941)	617.535	-	617.535	
Montantes brutos		(9.461.634)	-	(9.461.634)	(1.334.271)	-	(1.334.271)	
Parte dos resseguradores		2.713.693	-	2.713.693	1.951.806	-	1.951.806	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(41.236)	-	(41.236)	-	-	-	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(717.921)	-	(717.921)	(1.164.637)	-	(1.164.637)	
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(21.223.770)	-	(21.223.770)	(20.109.783)	-	(20.109.783)	
Custos de aquisição		(33.971.845)	-	(33.971.845)	(30.946.965)	-	(30.946.965)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		874.975	-	874.975	194.815	-	194.815	
Gastos administrativos		(13.939.997)	-	(13.939.997)	(15.422.196)	-	(15.422.196)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		25.813.097	-	25.813.097	26.064.563	-	26.064.563	
Rendimentos	5	2.794.125	133.460	2.927.585	3.427.872	27.673	3.455.545	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		2.794.125	133.460	2.927.585	3.427.872	27.673	3.455.545	
Gastos financeiros	6	(347.546)	(96.343)	(443.889)	(529.081)	(89.196)	(618.277)	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(347.546)	(96.343)	(443.889)	(529.081)	(89.196)	(618.277)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7	656.464	45.971	702.435	(182.446)	-	(182.446)	
De ativos disponíveis para venda		656.464	45.971	702.435	(182.446)	-	(182.446)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	-	-	-	36.802	-	36.802	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de		-	-	-	36.802	-	36.802	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	108.277	108.277	-	564.403	564.403	
De outros		-	108.277	108.277	-	564.403	564.403	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10	(3.070)	-	(3.070)	27.246	-	27.246	
Outros rendimentos/gastos	10	-	(276.171)	(276.171)	-	378.422	378.422	
Resultado líquido antes de impostos		18.099.065	(84.806)	18.014.259	9.267.139	881.302	10.148.441	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	(4.767.626)	(4.767.626)	-	(1.392.316)	(1.392.316)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	(102.028)	(102.028)	-	(1.071.570)	(1.071.570)	
Resultado líquido do exercício		18.099.065	(4.954.460)	13.144.605	9.267.139	(1.582.584)	7.684.555	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2015	2014
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(703.363)	7.157.673
Impostos diferidos	193.425	(1.946.111)
	(509.938)	5.211.562
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(61.481)	(1.227.929)
	(61.481)	(1.227.929)
Total outro rendimento integral	(571.419)	3.983.633
Resultado líquido do exercício	13.144.605	7.684.555
Total do rendimento integral do ano	12.573.186	11.668.188

Balanço

		Eur	
	Nota	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12	22.467.917	19.479.009
Ativos financeiros disponíveis para venda	13	178.713.562	140.139.576
Outros ativos tangíveis	14	905.537	705.995
Inventários		18.650	18.650
Outros ativos intangíveis		331.608	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	15	56.078.703	51.143.856
Provisão para prémios não adquiridos		19.297.610	17.076.455
Provisão para sinistros		36.781.093	34.067.401
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17	10.987.435	15.455.059
Contas a receber por operações de seguro direto		7.153.439	7.414.993
Contas a receber por outras operações de resseguro		3.508.406	6.599.201
Contas a receber por outras operações		325.590	1.440.865
Ativos por impostos	18	1.893.687	2.712.007
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	842.924
Ativos por impostos diferidos		1.893.687	1.869.083
Acréscimos e diferimentos	21	1.764.240	1.712.468
Total ativo		273.161.339	231.366.620
Provisões técnicas	15	159.538.042	142.546.967
Provisão para prémios não adquiridos		46.487.004	40.559.317
Provisão para sinistros		106.738.451	96.434.220
De acidentes de trabalho		27.469.076	24.916.971
De outros ramos		79.269.375	71.517.249
Provisão para participação nos resultados		41.236	-
Provisão para desvios de sinistralidade		3.142.709	1.657.759
Provisão para riscos em curso		3.128.642	3.895.671
Outros passivos financeiros	19	7.590.498	6.474.566
Depósitos recebidos de resseguradores		7.590.498	6.474.566
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16	3.923.443	3.798.086
Outros credores por operações de seguros e outras operações	20	37.107.052	25.261.769
Contas a pagar por operações de seguro direto		8.630.293	8.078.371
Contas a pagar por outras operações de resseguro		13.929.041	14.859.606
Contas a pagar por outras operações		14.547.718	2.323.792
Passivos por impostos e taxas	18	7.309.834	4.742.779
Passivos por impostos (e taxas) correntes		7.309.834	4.742.779
Acréscimos e diferimentos	21	3.404.392	4.104.154
Outras Provisões	22	-	723.407
Total passivo		218.873.261	187.651.728
Capital		12.500.000	12.500.000
Reservas de reavaliação		7.566.746	8.270.109
Reserva por impostos diferidos		(2.080.855)	(2.274.280)
Outras reservas		8.543.726	8.605.207
Resultados transitados		14.613.856	8.929.301
Resultado do exercício		13.144.605	7.684.555
Total capital próprio	23	54.288.078	43.714.892
Total passivo e capital próprio		273.161.339	231.366.620
Resultados por ação		5,3	3,1

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Reserva de reavaliação				Reserva legal	Prémio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Balanco a 31 de dezembro 2013	12.500.000	1.112.436	(328.169)	784.267	12.500.000	1.246.995	487.004	(4.400.863)	14.190.454	5.638.847	42.946.704
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	(5.638.847)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	7.157.673	(1.946.111)	5.211.562	-	-	-	-	-	-	5.211.562
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.684.555	7.684.555
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.900.000)	-	(10.900.000)
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(1.227.929)	-	-	(1.227.929)
Balanco a 31 de dezembro 2014	12.500.000	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	12.500.000	1.246.995	487.004	(5.628.792)	8.929.301	7.684.555	43.714.892
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	7.684.555	(7.684.555)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(703.363)	193.425	(509.938)	-	-	-	-	-	-	(509.938)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.144.605	13.144.605
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(61.481)	-	-	(61.481)
Balanco a 31 de dezembro 2015	12.500.000	7.566.746	(2.080.855)	5.485.891	12.500.000	1.246.995	487.004	(5.690.273)	14.613.856	13.144.605	54.288.078

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	13.144.605	7.684.555
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	135.841	71.620
Variação nas provisões técnicas	16.991.075	4.719.530
Variação de provisões	(723.407)	(1.204.541)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(4.934.847)	(2.353.188)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(108.277)	(564.403)
Variação nos impostos correntes e diferidos ativos/passivos	3.385.375	1.943.306
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	20.019.771
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.575.901	(2.677.058)
Outros ativos e passivos	(687.658)	303.339
Outros passivos financeiros	1.115.932	600.637
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11.845.283	776.169
	44.739.823	29.319.737
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos ao justo valor por resultados	-	2.576.323
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(39.083.924)	(15.258.752)
Compras/Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	(666.991)	(678.379)
	(39.750.915)	(13.360.808)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(2.000.000)	(10.900.000)
	(2.000.000)	(10.900.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	2.988.908	5.058.929
Caixa e equivalentes no início do período	19.479.009	14.420.080
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	22.467.917	19.479.009

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., (“Ocidental Seguros” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo iniciado a sua atividade em 1 de julho de 1987.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, e prepara as demonstrações financeiras consolidadas. A Ocidental Seguros tem a sua sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. No IFRS incluem-se as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 28. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Occidental Seguros classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações são reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respetivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de conversão de elementos não monetários, tais como ações classificadas como disponíveis para venda, são incluídas na reserva de reavaliação.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Vida útil
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) Locações

A Ocidental Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

m) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupo de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2015, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos passivos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos.

t) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, e (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas (provisão para sinistros) e (6) provisão para desvios de sinistralidade.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respetivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumentos de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objetiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos de negócio

	2015					2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	19.865.792	36.014.329	26.795.835	3.996.649	86.672.605	18.058.967	24.757.198	24.392.511	3.004.250	70.212.926
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(11.804.182)	(16.473.166)	(21.385.089)	(28.149)	(49.690.586)	(10.576.004)	(14.233.092)	(17.093.281)	(549.383)	(42.451.760)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	682.837	(1.056.578)	(568.814)	224.634	(717.921)	(416.194)	(2.042.745)	1.328.751	(34.449)	(1.164.637)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	-	(41.236)	(41.236)	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.849.102)	(10.416.206)	(6.386.789)	(1.571.673)	(21.223.770)	(5.442.916)	(7.031.575)	(5.977.691)	(1.657.601)	(20.109.783)
Rendimentos	1.925.970	322.429	436.355	109.371	2.794.125	2.223.174	412.385	610.656	181.657	3.427.872
Gastos financeiros	(176.166)	(68.124)	(80.951)	(22.305)	(347.546)	(248.938)	(95.651)	(143.928)	(40.564)	(529.081)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	373.606	103.762	144.356	34.740	656.464	(95.371)	(16.776)	(25.546)	(7.951)	(145.644)
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	(1.023)	(2.047)	-	-	(3.070)	31.442	(4.196)	-	-	27.246
Margem técnica	8.017.732	8.424.399	(1.045.097)	2.702.031	18.099.065	3.534.160	1.745.548	3.091.472	895.959	9.267.139
Proveito dos investimentos					133.460					27.673
Mais/(menos) valias realizadas					45.971					-
Despesas gerais					(96.343)					(89.196)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(167.894)					942.825
Resultado não técnico					(84.806)					881.302
Resultado antes de impostos					18.014.259					10.148.441

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	89.805.504	27.991.975	33.769.823	7.970.740	159.538.042	80.228.777	21.942.841	30.822.781	9.552.568	142.546.967
Parte dos resseguradores	45.454.345	5.658.388	2.160.597	2.805.373	56.078.703	39.631.635	5.814.934	2.139.554	3.557.733	51.143.856

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos	259.662.783	238.508.271
Prémios resseguro cedido	(168.408.671)	(165.950.792)
Prémios líquidos resseguro	91.254.112	72.557.479
Variação prémios não adquiridos	(6.802.662)	(2.745.936)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	2.221.155	401.383
Variação líquida de prémios não adquiridos	(4.581.507)	(2.344.553)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	86.672.605	70.212.926

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2015		2014	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	171.074.514	166.253.163	157.245.948	155.890.310
Incêndio e outros danos	50.198.118	49.561.959	46.561.451	45.969.225
Automóvel	28.499.479	27.361.643	25.413.269	24.878.511
Outros	9.890.672	9.683.356	9.287.603	9.024.289
Total	259.662.783	252.860.121	238.508.271	235.762.335

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2015		2014	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	149.338.848	146.387.371	137.926.292	137.831.343
Incêndio e outros danos	12.861.160	13.547.630	21.438.142	21.212.027
Automóvel	565.808	565.808	486.000	486.000
Outros	5.642.855	5.686.707	6.100.358	6.020.039
Total	168.408.671	166.187.516	165.950.792	165.549.409

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015			
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros
	Total			
Sinistros pagos				
Montantes brutos	99.203.896	14.597.269	17.411.213	895.355
Parte dos resseguradores	(91.127.042)	(3.743.249)	(7.194)	(261.121)
	8.076.854	10.854.020	17.404.019	634.234
Varição da provisão para sinistros				
Montantes brutos	4.975.906	4.493.946	1.521.838	(1.530.056)
Parte dos resseguradores	(2.871.233)	(529.924)	(21.044)	708.508
	2.104.673	3.964.022	1.500.794	(821.548)
Total antes custos imputados	10.181.527	14.818.042	18.904.813	(187.314)
Custos com Sinistros (imputados)	1.622.655	1.655.124	2.480.276	215.463
Total	11.804.182	16.473.166	21.385.089	28.149
	2014			
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros
	Total			
Sinistros pagos				
Montantes brutos	93.968.647	21.740.102	16.903.299	712.290
Parte dos resseguradores	(87.480.308)	(8.722.719)	(15.886)	(359.600)
	6.488.339	13.017.383	16.887.413	352.690
Varição da provisão para sinistros				
Montantes brutos	3.339.774	(1.141.464)	(621.060)	(242.979)
Parte dos resseguradores	(1.031.977)	509.627	(1.633.507)	204.051
	2.307.797	(631.837)	(2.254.567)	(38.928)
Total antes custos imputados	8.796.136	12.385.546	14.632.846	313.762
Custos com Sinistros (imputados)	1.779.869	1.847.547	2.460.434	235.620
Total	10.576.005	14.233.093	17.093.280	549.382

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas é analisada como segue:

	2015				<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	1.484.950	-	-	1.484.950
Variação da provisão para riscos em curso	(682.837)	(428.372)	568.814	(224.634)	(767.029)
Total	(682.837)	1.056.578	568.814	(224.634)	717.921
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	-	41.236	41.236
Total	(682.837)	1.056.578	568.814	(183.398)	759.157

	2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	1.179.552	-	-	1.179.552
Variação da provisão para riscos em curso	416.195	863.193	(1.328.751)	34.448	(14.915)
Total	416.195	2.042.745	(1.328.751)	34.448	1.164.637
Total	416.195	2.042.745	(1.328.751)	34.448	1.164.637

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2015				<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	16.884.713	6.293.616	2.761.979	975.722	26.916.030
Custos de aquisição alocados	3.660.239	1.605.918	1.479.860	309.798	7.055.815
Variação dos custos de aquisição diferidos	(546.874)	(130.743)	(156.359)	(40.999)	(874.975)
Custos administrativos - comissões	252.863	14.925	16.620	5.646	290.054
Custos administrativos alocados	6.267.175	4.548.902	2.284.689	549.177	13.649.943
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(23.669.014)	(1.916.412)	-	(227.671)	(25.813.097)
Total	2.849.102	10.416.206	6.386.789	1.571.673	21.223.770

	<i>Eur</i>			
	2014			
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros
	Total			
Custos de aquisição - comissões	15.383.016	5.568.045	2.431.742	847.427
Custos de aquisição alocados	3.569.853	1.542.889	1.312.003	291.990
Variação dos custos de aquisição diferidos	(123.152)	(72.304)	(24.410)	25.051
Custos administrativos - comissões	255.618	10.996	9.791	4.738
Custos administrativos alocados	7.035.064	5.159.254	2.248.565	698.170
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(20.677.483)	(5.177.304)	-	(209.776)
Total	5.442.916	7.031.576	5.977.691	1.657.600
				20.109.783

A rubrica custos de aquisição - comissões inclui um montante de Euro 22.997.000 (2014: Euro 21.483.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Occidental Seguros.

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	2.927.285	3.424.380
Rendimentos de depósitos bancários	300	31.165
	2.927.585	3.455.545

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euro 444.000 (2014: Euro 618.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	2015			2014		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	845.497	(70.991)	774.506	13.529	(15.944)	(2.415)
Obrigações de outros emissores	44.363	(104.784)	(60.421)	4.328	(121.484)	(117.156)
Ações	32.242	(43.892)	(11.650)	95.797	(158.672)	(62.875)
De investimentos disponíveis para venda	922.102	(219.667)	702.435	113.654	(296.100)	(182.446)
Total	922.102	(219.667)	702.435	113.654	(296.100)	(182.446)

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Ganhos/ (perdas)	-	(41.375)
Rendimentos	-	78.177
Total	-	36.802

Nota 9 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) no montante de Euro 108.000 (2014: Euro 564.000) diz respeito a devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros.

Nota 10 – Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2015, os outros rendimentos/(gastos) incluem maioritariamente o montante de Euro 66.000 (2014: Euro 109.000) relativos a pessoal cedido a outras entidades.

Nota 11 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	402.765	500.492
Remunerações - pessoal	8.374.015	7.881.055
Encargos sobre remunerações	1.872.064	1.749.891
Benefícios pós emprego - planos benefício definido	351.758	271.876
Seguros obrigatórios	324.343	433.136
Gastos de ação social	76.598	43.391
Outros gastos	593.075	1.548.696
	11.994.618	12.428.537
Fornecimentos e serviços externos	14.202.294	16.016.010
Depreciações de ativos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	84.431	25.965
Equipamento informático	51.410	45.655
	135.841	71.620
Outros	790.412	283.368
Total	27.123.165	28.799.535

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Auditoria	197.308	172.513
Auditoria - serviços relacionados	11.301	10.959
Consultoria fiscal	11.279	4.859
Outros serviços	-	2.214
Total	219.888	190.545

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas no montante de Euro 925.000 (2014: Euro 815.000), o montante de Euro 416.000 (2014: Euro 478.000) relativo a Juros suportados, Comissões no montante de Euro 173.000 (2014: Euro 195.000) e o montante positivo de Euro 723.000 (2014: montante positivo de Euro 1.205.000) relativo a reversão de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Custos com sinistros	5.973.518	6.323.470
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	7.055.815	6.716.735
Custos administrativos	13.649.943	15.141.053
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	347.546	529.081
Alocados à conta não técnica	96.343	89.196
Total	27.123.165	28.799.535

Em 31 de dezembro de 2015, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 209 (2014: 189).

II.5 Notas ao balanço

Nota 12 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é composto na totalidade por depósitos bancários.

Nota 13 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015			2014		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	96.179.116	6.684.350	102.863.466	63.957.799	6.431.962	70.389.761
Obrigações outros emissores	69.322.653	858.611	70.181.264	62.177.491	1.868.787	64.046.278
Ações	3.338.600	23.785	3.362.385	3.382.492	(30.640)	3.351.852
Juros a receber	2.306.447	-	2.306.447	2.351.685	-	2.351.685
Total	171.146.816	7.566.746	178.713.562	131.869.467	8.270.109	140.139.576

Dos quais:

Nível 1	178.712.812	136.673.278
Nível 2	750	3.466.298
	178.713.562	140.139.576

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2015		2014	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	104.287.225	-	71.616.318	-
Obrigações de outros emissores	71.063.952	-	61.705.858	3.465.548
Ações	3.361.635	750	3.351.102	750
	178.712.812	750	136.673.278	3.466.298

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 14 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Equipamento		
Equipamento informático	386.278	330.850
Equipamento administrativo	81.975	19.188
Outro equipamento	847.160	629.992
	1.315.413	980.030
Amortizações acumuladas	(409.876)	(274.035)
Saldo líquido	905.537	705.995

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	330.850	19.188	629.992	980.030
Aquisições	55.428	62.787	217.168	335.383
Saldo em 31 de dezembro de 2015	386.278	81.975	847.160	1.315.413
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(243.884)	(8.810)	(21.341)	(274.035)
Amortizações do exercício	(51.410)	(32.409)	(52.022)	(135.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(295.294)	(41.219)	(73.363)	(409.876)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	86.966	10.378	608.651	705.995
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	90.984	40.756	773.797	905.537

Nota 15 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	27.771.563	7.178.490	8.372.680	3.164.271	46.487.004
Provisão para sinistros	61.312.106	17.294.542	23.535.392	4.596.411	106.738.451
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	41.236	41.236
Provisão para desvios de sinistralidade	-	3.077.305	-	65.404	3.142.709
Provisão para riscos em curso	721.835	441.638	1.861.751	103.418	3.128.642
Total bruto	89.805.504	27.991.975	33.769.823	7.970.740	159.538.042
Provisão para prémios não adquiridos	17.063.807	1.007.035	-	1.226.768	19.297.610
Provisão para sinistros	28.390.538	4.651.353	2.160.597	1.578.605	36.781.093
Total resseguro	45.454.345	5.658.388	2.160.597	2.805.373	56.078.703
Saldo líquido	44.351.159	22.333.587	31.609.226	5.165.367	103.459.339

	2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	23.497.086	6.673.074	7.391.202	2.997.955	40.559.317
Provisão para sinistros	55.327.019	12.807.403	22.138.642	6.161.156	96.434.220
Provisão para desvios de sinistralidade	-	1.592.355	-	65.404	1.657.759
Provisão para riscos em curso	1.404.672	870.010	1.292.937	328.052	3.895.671
Total bruto	80.228.777	21.942.842	30.822.781	9.552.567	142.546.967
Provisão para prémios não adquiridos	14.112.330	1.693.505	-	1.270.620	17.076.455
Provisão para sinistros	25.519.305	4.121.429	2.139.554	2.287.113	34.067.401
Total resseguro	39.631.635	5.814.934	2.139.554	3.557.733	51.143.856
Saldo líquido	40.597.142	16.127.908	28.683.227	5.994.834	91.403.111

A provisão para sinistros de Acidentes de trabalho inclui o montante de Euro 18.826.000 (2014: Euro 17.852.000) referente à provisão matemática.

De acordo com o IFRS 4, a Companhia efetuou um teste de adequação de responsabilidades do ramo de Acidentes de trabalho à data de 31 de dezembro de 2015. Em resultado deste teste, o montante de Euro 5.050.000 (2014: Euro 4.861.000) está reconhecido nas provisões técnicas. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 25).

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 24.406.000 (2014: Euro 22.988.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euro 2.119.000 (2014: Euro 2.010.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	2015	2014
Provisão para prémios não adquiridos	53.352.785	46.550.123
Custos de aquisição diferidos	(6.865.781)	(5.990.806)
Saldo líquido	46.487.004	40.559.317

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos são analisados como se segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.990.806	5.795.991
Custos de aquisição do ano	6.865.781	5.990.806
Amortização dos custos de aquisição	(5.990.806)	(5.795.991)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	6.865.781	5.990.806

Nota 16 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT.

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efectuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Número de participantes		
Trabalhadores	217	203
Reformados e pensionistas	42	41
	259	244

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2015	2014
Taxa de desconto	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
	TV 88/90 - 3	TV 88/90 - 3
Mulheres	anos	anos
	Unidade de	Unidade de
	crédito	crédito
Método atuarial	projectada	projectada

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014 são como segue:

	2015			2014			<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(9.484.259)	(3.780.005)	(248.575)	(13.512.839)	(10.180.586)	(3.571.339)	(231.230)
Justo valor dos ativos do plano	9.589.395	-	-	9.589.395	10.185.069	-	-
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	105.136	(3.780.005)	(248.575)	(3.923.444)	4.483	(3.571.339)	(231.230)

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 5 (2014: 5), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 633.000 (2014: Euro 664.000).

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no actual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	2015			2014			<i>Eur</i>	
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	10.180.586	3.571.339	231.230	13.983.155	8.401.917	2.429.140	172.624	11.003.681
Custo do serviço corrente	54.510	153.869	32.381	240.760	34.014	87.614	24.477	146.105
Custo dos juros	194.117	70.862	4.333	269.312	280.956	84.175	5.585	370.716
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia (Ganhos) / perdas atuariais	(988.449)	(63.582)	(27.300)	(1.079.331)	(890.067)	(63.918)	(34.567)	(988.552)
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	39.691	47.517	7.931	95.139	1.257.727	999.075	63.111	2.319.913
Transferência entre fundos	-	-	-	-	1.120.758	35.253	-	1.156.011
Responsabilidades em 31 de dezembro	3.804	-	-	3.804	(24.719)	-	-	(24.719)
	9.484.259	3.780.005	248.575	13.512.839	10.180.586	3.571.339	231.230	13.983.155

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

					<i>Eur</i>			
	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	54.510	153.869	32.381	240.760	34.014	87.614	24.477	146.105
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros (Ganhos) / perdas atuariais	72.517	70.862	4.333	147.712	66.073	84.175	5.585	155.833
	-	-	7.931	7.931	-	-	63.111	63.111
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	1.120.758	35.253	-	1.156.011
Custo do exercício	127.027	224.731	44.645	396.403	1.220.845	207.042	93.173	1.521.060

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	10.185.069	8.219.153
Contribuições da companhia	174.852	2.652.265
Pagamentos efetuados pelo fundo	(988.449)	(890.067)
Retorno esperado do fundo	121.600	214.883
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	92.519	13.554
Transferências entre associados	3.804	(24.719)
Saldo em 31 de dezembro	9.589.395	10.185.069

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 175.000 (2014: Euro 2.652.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2015 e 2014, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2015			2014			<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
Saldo em 1 de janeiro	5.258.261	1.688.112	6.946.373	4.014.088	689.037	4.703.125	
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	39.691	47.517	87.208	1.257.727	999.075	2.256.802	
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(92.519)	-	(92.519)	(13.554)	-	(13.554)	
Saldo em 31 de dezembro	5.205.433	1.735.629	6.941.062	5.258.261	1.688.112	6.946.373	

Em 31 de dezembro de 2014, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.465.000. Em 2015 os pressupostos actuariais não foram alterados, tal como previamente divulgado nesta nota.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	4.483	(3.571.339)	(231.230)	(3.798.086)	(182.764)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.528)
Custo do Exercício	(127.027)	(224.731)	(44.645)	(396.403)	(1.220.845)	(207.042)	(93.173)	(1.521.060)
(Ganhos) / perdas atuariais	52.828	(47.517)	-	5.311	(1.244.173)	(999.075)	-	(2.243.248)
Benefícios pagos pela companhia	-	63.582	27.300	90.882	-	63.918	34.567	98.485
Contribuições dos empregados e outras	174.852	-	-	174.852	2.652.265	-	-	2.652.265
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balan	105.136	(3.780.005)	(248.575)	(3.923.444)	4.483	(3.571.339)	(231.230)	(3.798.086)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	2.502.832	2.507.930
Títulos de rendimento fixo	6.463.252	6.623.119
Imóveis	105.483	276.110
Outros	517.828	777.910
	9.589.395	10.185.069

Atualmente, o fundo de pensões da Companhia não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2015	2014
Impacto no Custo com Pensões	24.136	24.619
Impacto nas Responsabilidades	604.801	571.414

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00% Eur	-1,00% Eur
Taxa de Desconto	2.128.232	-1.638.802
Taxa de Crescimento das Pensões	-1.308.121	1.578.195
Taxa de Crescimento dos Salários	-577.305	753.638
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano Eur	
Alteração da Tábua de Mortalidade	337.414	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, a Companhia contribuiu em 2015 com o montante de Euros 195.000. Adicionalmente, em 2015, no âmbito do CCT revisto, a Companhia efetuou ainda uma contribuição no montante de Euros 174.000 para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euros 3.317.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 3.317.000.

Nota 17 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Tomadores de seguros	6.847.033	7.337.981
Mediadores de seguros	1.450.968	1.206.852
Resseguradores	6.733.389	9.947.183
	15.031.390	18.492.016
Imparidade	(4.369.545)	(4.477.822)
Total	10.661.845	14.014.194
Total Outros devedores	325.590	1.440.865
Total	10.987.435	15.455.059

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto e outras operações - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 6.005.000 (2014: Euro 6.360.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 718.000 (2014: Euro 777.000) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Saldo no início do ano	4.477.822	5.042.225
Reversões	(669.026)	(669.026)
Dotação do exercício	104.623	104.623
Saldo no final do ano	4.369.545	4.477.822

Nota 18 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Seguros determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 27,5% (taxa nominal de 21% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço a 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Ativos por impostos correntes	-	842.924
Ativos por impostos diferidos	1.893.687	1.869.083
Ativos por impostos	1.893.687	2.712.007
Passivos por impostos e taxas correntes		
Imposto sobre rendimento	3.424.128	-
Outros impostos e taxas	3.885.706	4.742.779
Passivos por impostos	7.309.834	4.742.779

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros	-	-	(2.080.855)	(2.274.280)	(2.080.855)	(2.274.280)
Passivos por contratos de seguro	-	-	-	-	-	-
Provisões	736.543	889.385	-	-	736.543	889.385
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	3.237.999	3.253.978	-	-	3.237.999	3.253.978
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	3.974.542	4.143.363	(2.080.855)	(2.274.280)	1.893.687	1.869.083

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 foi reconhecido como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido em capital	Reconhecido nos resultados	Reconhecido em capital
Investimentos	-	193.425	-	(1.946.111)
Passivos por contratos de seguro	-	-	(853.658)	-
Provisões	(152.842)	-	(545.487)	-
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	50.814	(66.793)	327.575	1.015.319
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	(102.028)	126.632	(1.071.570)	(930.792)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Imposto corrente	(4.767.626)	(1.392.316)
Imposto diferido	(102.028)	(1.071.570)
Total do imposto reconhecido em resultados	(4.869.654)	(2.463.886)

O imposto diferido reportado no capital próprio de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Reserva de reavaliação	(2.080.855)	(2.274.280)
Ganhos e perdas atuariais	1.032.042	1.098.835
	(1.048.813)	(1.175.445)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	18.014.259	10.148.441
Taxa de imposto	27,5%	29,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	4.953.921	2.993.790
Tributação autónoma	142.004	120.040
Outras diferenças permanentes	(226.271)	(649.944)
	4.869.654	2.463.886

Nota 19 – Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros dizem respeito na totalidade a Depósitos recebidos de resseguradores, que representam garantias recebidas dos resseguradores, decorrentes da aceitação de riscos e prémios de resseguro.

Nota 20 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Tomadores de seguros e intermediários	8.630.293	8.078.371
Resseguradores	13.929.041	14.859.606
Credores por operações seguro e resseguro	22.559.334	22.937.977
Outros credores	14.547.718	2.323.792
Total	37.107.052	25.261.769

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euro 5.738.000 (2014: Euro 5.316.000) relativo a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Seguros.

Nota 21 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro 2015 e 2014 a rubrica Acréscimos e diferimentos – custos diferidos inclui o montante de Euro 1.725.000, relativo ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros (excluindo Doença).

Adicionalmente, em 2014, os acréscimos de custos incluem uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) no montante de Euro 971.000, conforme referido nas políticas contabilísticas. Em 2015 a Companhia decidiu transferir esta responsabilidade para as provisões técnicas do ramo.

Nota 22 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Provisão para impostos	-	93.437
Outras provisões	-	629.970
Total	-	723.407

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	723.407	1.927.948
Reversão exercício - DGs	(723.407)	(1.204.541)
Saldo em 31 de dezembro	-	723.407

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 23 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Ocidental Seguros, no montante de Euro 12.500.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.500.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2015 e 2014, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	8.270.109	1.112.436
Ajustamentos no justo valor	(722.775)	7.100.068
Vendas	19.412	57.605
Saldo em 31 de dezembro	7.566.746	8.270.109

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Custo amortizado	171.146.816	131.869.467
Justo valor	178.713.562	140.139.576
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	7.566.746	8.270.109

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 s).

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Seguros tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

No final de novembro de 2015, a Ocidental Seguros distribuiu dividendos ao seu acionista no montante de Euro 2.000.000.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>										
	Reservas de reavaliação									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	7.566.746	(2.080.855)	5.485.891	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.144.605
Resultados transitados	-	-	-	-	-	14.613.856	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.909.019)	-
Saldo 31 dezembro 2015	12.500.000	7.566.746	(2.080.855)	5.485.891	12.500.000	14.613.856	1.246.995	487.004	(5.690.273)	13.144.605
										54.288.078

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

											Eur
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	-	-	-	-	-	-	5.995.829
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.684.555	7.684.555
Resultados transitados	-	-	-	-	-	8.929.301	-	-	-	-	8.929.301
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.847.538)	-	(5.847.538)
Saldos 31 dezembro 2014	12.500.000	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	12.500.000	8.929.301	1.246.995	487.004	(5.628.792)	7.684.555	43.714.892

II.7 Outras notas

Nota 24 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2015	2014
Remunerações	402.765	500.492
	402.765	500.492

As transações significativas com partes relacionadas em 2015 e 2014 são analisadas como segue:

	Eur			
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Médias	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22.467.917	-	-	22.467.917
Activos financeiros disponíveis para venda	512.383	-	-	512.383
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	35.714.024	35.714.024
Outros ativos	44.032	-	-	44.032
Total do ativo	23.024.332	-	35.714.024	58.738.356
Provisões técnicas	(4.542.576)	-	-	(4.542.576)
Outros passivos	(5.883.625)	(99.075)	(9.198.676)	(15.181.376)
Total do passivo	(10.426.201)	(99.075)	(9.198.676)	(19.723.952)
Líquido Ativo / (Passivo) 2015	12.598.131	(99.075)	26.515.348	39.014.404
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	10.705.756	(94.792)	22.042.902	32.653.866

	Eur			
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Médias	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	9.776.951	(316.131)	(136.831.483)	(127.370.663)
Dividendos e juros a receber	13.692	-	-	13.692
Total de proveitos	9.790.643	(316.131)	(136.831.483)	(127.356.971)
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(5.711.233)	-	91.259.381	85.548.148
Custos de aquisição	(22.996.694)	-	16.638.279	(6.358.415)
Gastos gerais e administrativos	(2.398.381)	(252.627)	-	(2.651.008)
Total de custos	(31.106.308)	(252.627)	107.897.660	76.538.725
Líquido Proveitos / (Custos) 2015	(21.315.665)	(568.758)	(28.933.823)	(50.818.246)
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	(22.168.319)	(162.789)	(26.826.155)	(49.157.263)

	Eur			
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Médias	Total
Dividendos pagos	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Líquido variação Capital próprio 2015	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com a Médis são relativas ao tratado de resseguro celebrado no âmbito do Ramo Doença.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 25 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Ocidental Seguros, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

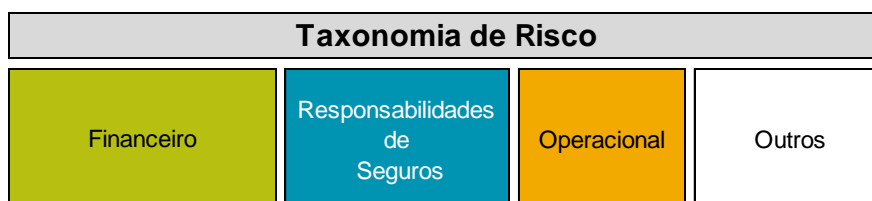
A gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco, e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os Outros Riscos são geridos no âmbito do Pilar II.

Todos os riscos são geridos através de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são da responsabilidade do *Chief Risk Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Risk Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco de Mercado, o qual delega no Comité de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Ocidental – Companhia de Seguros, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação dos riscos) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Comité de *Pricing*:
 - Revê, faz recomendações e aprova as propostas de alteração de produtos/prémios;
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco, bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros
Mercado	Incumprimento	Liquidez	

Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao Risco de *Spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto está expresso numa moeda específica e o Risco de Câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Eur).

O quadro seguinte indica os valores da carteira por tipo de ativo (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2015	%	2014	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	178.713.562	100,0%	140.139.576	100,0%
Dívida pública	104.287.225	58,3%	71.616.318	51,1%
Obrigações	71.063.952	39,8%	65.171.406	46,5%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	3.361.635	1,9%	3.351.102	2,4%
Total	178.713.562		140.139.576	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2015	2014
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	22.467.917	19.479.009
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	10.987.435	15.455.059
Total	33.455.352	34.934.068
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	7.590.498	6.474.566
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	37.107.052	25.261.769
Total	44.697.550	31.736.335

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
AÇÕES	2015		2014	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	750	100,0%	750	100,0%

As obrigações detidas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
OBRIGAÇÕES	2015		2014	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	104.287.225	59,5%	71.616.318	52,4%
Instituições financeiras	41.538.584	23,6%	42.751.657	31,3%
Operações de securitização	825.692	0,5%	-	0,0%
Indústria	10.182.227	5,8%	4.358.899	3,2%
Setores básicos e energéticos	8.708.332	5,0%	10.839.258	7,9%
Consumíveis não cíclicos	3.589.105	2,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	4.504.794	2,6%	1.633.366	1,1%
Comunicações	-	0,0%	2.122.678	1,6%
Matérias primas	520.130	0,3%	-	0,0%
Diversos	-	0,0%	3.465.548	2,5%
Energia	1.195.088	0,7%	-	0,0%
	175.351.177	100,0%	136.787.724	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
AAA	21.961.352	12,6%	21.855.149	15,9%
AA	49.430.743	28,2%	11.590.611	8,5%
A	27.778.428	15,8%	19.371.415	14,2%
BBB	29.529.198	16,8%	15.034.824	11,0%
BB	46.139.823	26,3%	64.949.859	47,5%
B	511.633	0,3%	3.985.866	2,9%
Total	175.351.177	100,0%	136.787.724	100,0%
Dívida pública	104.287.225	59,5%	71.616.318	52,4%
Obrigações	71.063.952	40,5%	65.171.406	47,6%
Total	175.351.177	100,0%	136.787.724	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	22.467.917	100,0%	19.479.009	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	2.316.235	21,1%	3.714.288	24,0%
A	1.123.707	10,2%	2.810.458	18,2%
BBB	1	0,0%	9.083	0,1%
BB	564	0,0%	-	0,0%
Sem rating	7.546.928	68,7%	8.921.230	57,7%
	10.987.435	100,0%	15.455.059	100,0%
Total	33.455.352		34.934.068	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	3.361.635	3.361.635	100,0%
Total em dezembro 2015	3.361.635	3.361.635	100,0%
Imobiliário	3.351.102	3.351.102	100,0%
Total em dezembro 2014	3.351.102	3.351.102	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores, que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

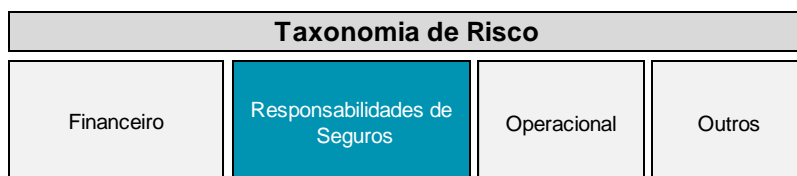
							Eur
Risco de liquidez 2015	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	3.722.711	1.057.119	11.097.785	106.765.564	51.914.731	-	174.557.910
Ativos financeiros a taxa variável	1.299.899	4.504.381	2.007.287	13.931.364	-	-	21.742.931
Outros ativos financeiros	9.684.156	5.738.962	12.328.854	5.341.427	96	3.724.242	36.817.737
Ativos Financeiros	14.706.766	11.300.462	25.433.926	126.038.355	51.914.827	3.724.242	233.118.578
Ativos Não Financeiros	3.757.053	7.514.106	35.577.717	11.837.654	2.305.895	-	60.992.425
Total de Ativos	18.463.819	18.814.568	61.011.643	137.876.009	54.220.722	3.724.242	294.111.003
Outros passivos financeiros	8.826.352	18.047.285	17.585.742	348.688	-	-	44.808.067
Passivos Financeiros	8.826.352	18.047.285	17.585.742	348.688	-	-	44.808.067
Passivos Não Financeiros	9.582.757	20.016.613	95.978.961	26.658.860	37.628.086	-	189.865.277
Total de Passivos	18.409.109	38.063.898	113.564.703	27.007.548	37.628.086	-	234.673.344

							Eur
Risco de liquidez 2014	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	4.820.681	8.512.319	23.246.600	61.302.254	42.888.128	-	140.769.982
Ativos financeiros a taxa variável	1.016.043	878.452	1.508.119	8.940.416	-	-	12.343.030
Outros ativos financeiros	11.813.341	6.213.140	10.453.075	5.909.858	129	3.896.379	38.285.922
Ativos Financeiros	17.650.065	15.603.911	35.207.794	76.152.528	42.888.257	3.896.379	191.398.934
Ativos Não Financeiros	2.669.195	5.338.389	25.735.219	12.917.879	9.632.294	-	56.292.976
Total de Ativos	20.319.260	20.942.300	60.943.013	89.070.407	52.520.551	3.896.379	247.691.910
Outros passivos financeiros	17.539.728	2.720.295	8.758.395	2.788.048	67.921	-	31.874.387
Passivos Financeiros	17.539.728	2.720.295	8.758.395	2.788.048	67.921	-	31.874.387
Passivos Não Financeiros	8.195.644	17.417.326	81.376.479	30.040.302	33.235.563	-	170.265.314
Total de Passivos	25.735.372	20.137.621	90.134.874	32.828.350	33.303.484	-	202.139.701

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

Riscos com Responsabilidade de Seguros



Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação a serem desenvolvidas;
- A Função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de subscrição e o *Apetite ao Risco* de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos com Responsabilidade de Seguros de acordo com as regras e os regulamentos estabelecidos na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- A Função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- O Comité de *Pricing* é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- No caso de os limites serem ultrapassados, deverá estar implementado um processo de reporte ao *Risk Officer*.

Na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. estão envolvidas diversas áreas na gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e *Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *à priori* (por exemplo, *profit testing*), como *à posteriori* (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez por ano, pelo atuário responsável da Companhia, sendo as provisões certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas, bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida por linha de negócio:

Não Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Incêndio e Tremor de Terra (comercial)	Excedente	15.050.000	350.000
Incêndio e Tremor de Terra (não comercial)	Excedente	3.750.000	150.000
Incêndio (catástrofes naturais)	CAT Excesso de Perdas (XL)	256.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.500.000	250.000
Automóvel - responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	49.500.000	500.000
Automóvel - cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.500.000	500.000
Marítimo Cascos & Cargas	Quota Share	2.500.000	750.000
Marítimo (por risco / evento)	CAT Excesso de Perdas (XL)	2.050.000	200.000
Acidentes Pessoais (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	29.700.000	300.000
Acidentes de Trabalho (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	29.600.000	400.000

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao Risco com Responsabilidade de Seguros que a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos outros riscos, financeiros e operacionais.

Riscos com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde

O Risco com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde divide-se em dois grandes blocos: Risco de Subscrição (*Underwriting Risk*) e Risco de Catástrofe (*Catastrophe Risk*).

O Risco com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde reflete o risco decorrente das obrigações de seguros Não Vida e Saúde, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O Risco com Responsabilidades de Seguros Não Vida e Saúde pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho, entre outras linhas de negócio.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros com um prazo de regularização curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, são geralmente comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter, bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros. No ramo de Acidentes de Trabalho, nos casos em que, decorrente de um sinistro em que surja uma incapacidade permanente ou morte, a Companhia é responsável pelo pagamento de uma pensão vitalícia. Neste caso, o principal risco associado é o risco de longevidade, de natureza semelhante aos seguros do ramo Vida.

As provisões para sinistros dos seguros Não Vida são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

Os riscos relativos às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para os riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local, e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de Acidentes de Trabalho são os seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,50%
Comissões de gestão	2,40%	4,00%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tidos em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida
Eur

Posição balanço no fecho do ano [EUR]	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	67.635.968	71.129.515	74.596.284	73.715.478	76.775.149	76.556.659	85.775.032
Pagamentos acumulados a:							
Um ano de desenvolvimento	30.079.950	32.554.098	32.913.166	28.673.665	32.063.930	30.533.927	
Dois anos de desenvolvimento	37.206.858	38.954.322	37.484.752	34.015.794	37.299.166		
Três anos de desenvolvimento	40.785.271	41.725.845	41.290.098	37.345.976			
Quatro anos de desenvolvimento	42.725.818	44.328.018	44.006.437				
Cinco anos de desenvolvimento	44.709.499	46.449.706					
Seis anos de desenvolvimento	46.675.013						
Sete anos de desenvolvimento							
Oito anos de desenvolvimento							
Nove anos de desenvolvimento							
Reservas reavaliadas a:							
Um ano de desenvolvimento	71.568.009	68.621.052	67.522.259	62.366.850	67.652.150	69.284.377	
Dois anos de desenvolvimento	62.696.997	62.974.902	61.517.582	58.724.250	63.858.190		
Três anos de desenvolvimento	58.827.476	60.683.056	60.790.516	58.117.888			
Quatro anos de desenvolvimento	57.766.860	60.385.831	60.916.242				
Cinco anos de desenvolvimento	55.883.925	60.326.789					
Seis anos de desenvolvimento	55.889.825						
Sete anos de desenvolvimento							
Oito anos de desenvolvimento							
Nove anos de desenvolvimento							
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:							
Valor nominal	11.746.143	10.802.726	13.680.042	15.597.591	12.916.959	7.272.282	
Porcentagem	17,4%	15,2%	18,3%	21,2%	16,8%	9,5%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

Eur

	31-12-2014	31-12-2015
Provisões para sinistros no final do exercício	76.556.659	85.775.032
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	17.867.752	18.844.692
Outras Provisões (c)	0	0
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	2.009.809	2.118.727
Total provisões para sinistros Não Vida	96.434.220	106.738.451

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e regulamentos de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

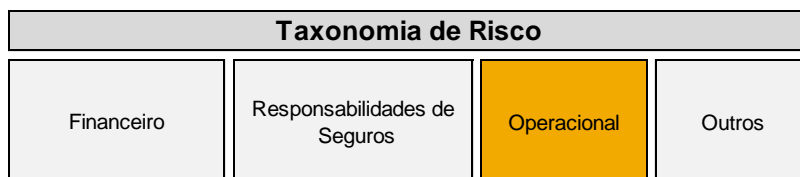
O rácio combinado a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Rácio Sinistros	58,3%	59,8%	63,6%	63,6%	78,3%	75,3%	41,9%	48,8%	-4,3%	7,8%
Rácio Despesas	18,9%	19,7%	16,3%	16,8%	23,9%	24,1%	25,1%	26,7%	19,0%	20,4%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	77,2%	79,5%	79,9%	80,4%	102,2%	99,5%	67,0%	75,5%	14,7%	28,2%

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos.

Não Vida [EUR]		
Análises de sensibilidade [EUR]	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2015	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2014
Custos de exploração - 10%	2.122	2.011
Custos com sinistros + 5%	(2.485)	(2.123)

Risco Operacional



O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na Companhia. Além disso, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no Comité de Risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos acionistas, a marca e o valor da Companhia;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva "*Bottom-up*". Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;

- Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
- Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

	<i>Eur</i>				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2015					
Seguro direto					
Acidentes e doença	171.074.515	166.253.163	105.802.457	26.518.114	(28.720.083)
Incêndio e outros danos	49.897.413	49.261.254	20.766.575	12.332.619	(7.295.847)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	17.844.690	17.159.096	12.970.704	2.538.904	(345.196)
-Outras coberturas	10.654.789	10.202.546	8.442.623	3.847.887	(192.375)
Marítimo, aéreo e transportes	962.138	1.049.754	179.440	442.017	(540.244)
Responsabilidade civil geral	4.197.523	4.091.600	629.713	749.243	(2.145.610)
Crédito e caução	5.066	5.058	34.179	8.732	-
Proteção jurídica	547.384	510.990	-	54.696	(83.290)
Assistência	3.346.445	3.233.888	15.182	428.838	(2.499.718)
Diversos	832.115	792.067	(1.277.750)	115.817	(637.558)
Total Não Vida	259.362.078	252.559.416	147.563.123	47.036.867	(42.459.921)
Resseguro aceite	300.705	300.705	(20.238)	-	(62.199)
Total	259.662.783	252.860.121	147.542.885	47.036.867	(42.522.120)

	<i>Eur</i>				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2014					
Seguro direto					
Acidentes e doença	157.245.948	155.890.311	99.088.290	26.120.399	(28.641.575)
Incêndio e outros danos	46.561.451	45.969.225	22.508.537	12.208.879	(7.766.934)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	16.054.761	15.606.520	10.896.044	2.423.719	1.325.535
-Outras coberturas	9.358.508	9.271.990	7.846.630	3.553.972	(162.141)
Marítimo, aéreo e transportes	1.224.903	1.204.931	302.850	564.061	(355.539)
Responsabilidade civil geral	3.779.983	3.327.509	438.339	644.387	(1.705.455)
Crédito e caução	5.058	5.046	(341.818)	4.778	-
Proteção jurídica	445.719	418.868	-	45.094	(177.980)
Assistência	3.488.638	3.359.058	16.647	431.881	(3.430.386)
Diversos	343.303	708.877	288.915	177.178	14.645
Total Não Vida	238.508.272	235.762.335	141.044.434	46.174.348	(40.899.830)
Resseguro aceite	-	-	(62.355)	-	(54.697)
Total	238.508.272	235.762.335	140.982.079	46.174.348	(40.954.527)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos -	Montantes pagos -	Variação da provisão	Custos com sinistros
	prestações	custos gestão	para sinistros	
Não Vida 2015	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	99.203.896	1.622.655	4.975.906	105.802.457
Incêndio e outros danos	14.546.217	1.655.124	4.565.234	20.766.575
Automóvel				
-Responsabilidade civil	10.406.551	1.240.506	1.323.646	12.970.703
-Outras coberturas	7.004.661	1.239.770	198.192	8.442.623
Marítimo, aéreo e transportes	178.038	44.522	(43.120)	179.440
Responsabilidade civil geral	429.287	86.039	114.386	629.712
Crédito e caução	-	7.924	26.255	34.179
Assistência	-	15.194	(11)	15.183
Diversos	288.031	61.784	(1.627.566)	(1.277.751)
Total Não Vida	132.056.681	5.973.518	9.532.922	147.563.121
Resseguro aceite	51.052	-	(71.288)	(20.236)
Total	132.107.733	5.973.518	9.461.634	147.542.885

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos -	Montantes pagos -	Variação da provisão	Custos com sinistros
	prestações	custos gestão	para sinistros	
Não Vida 2014	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	93.968.647	1.779.869	3.339.774	99.088.290
Incêndio e outros danos	21.739.765	1.847.547	(1.078.774)	22.508.537
Automóvel				
-Responsabilidade civil	10.155.242	1.242.635	(501.833)	10.896.044
-Outras coberturas	6.748.058	1.217.799	(119.227)	7.846.630
Marítimo, aéreo e transportes	210.422	48.444	43.985	302.850
Responsabilidade civil geral	576.170	93.401	(231.233)	438.339
Crédito e caução	(350.757)	8.952	(13)	(341.818)
Assistência	250	16.413	(15)	16.647
Diversos	276.206	68.410	(55.703)	288.913
Total Não Vida	133.324.003	6.323.469	1.396.961	141.044.433
Resseguro aceite	336	-	(62.690)	(62.354)
Total	133.324.339	6.323.469	1.334.271	140.982.079

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio	<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2015 em relação a 2014	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2015				
Não Vida				
Acidentes e doença	55.327.019	20.430.848	32.008.353	(2.887.818)
Incêndio e outros danos	12.807.403	4.939.004	6.488.206	(1.380.193)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	19.647.670	4.017.713	13.322.500	(2.307.457)
-Outras coberturas	2.490.971	1.374.426	882.265	(234.281)
Marítimo, aéreo e transportes	243.842	38.507	151.659	(53.676)
Responsabilidade civil geral	4.179.723	283.764	3.684.481	(211.478)
Crédito e caução	1.392	536	-	(856)
Assistência	180	1.027	-	847
Diversos	1.736.020	45.329	7.268	(1.683.422)
Total	96.434.220	31.131.154	56.544.732	(8.758.334)

Linha de negócio	<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2014				
Não Vida				
Acidentes e doença	52.439.687	19.421.343	27.475.722	(5.542.623)
Incêndio e outros danos	13.948.806	7.406.548	5.486.205	(1.056.053)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	20.015.418	4.330.192	13.504.787	(2.180.439)
-Outras coberturas	2.617.848	1.499.735	926.967	(191.146)
Marítimo, aéreo e transportes	204.710	(59.711)	162.890	(101.531)
Responsabilidade civil geral	4.410.656	411.432	3.247.990	(751.234)
Crédito e caução	1.404	(375.022)	-	(376.427)
Assistência	195	1.236	-	1.041
Diversos	1.791.722	116.114	1.650.803	(24.805)
Total	95.430.446	32.751.867	52.455.364	(10.223.217)

Outros Riscos

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Os Outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2015.

A Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem de solvência I é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
Capital	12.500.000	12.500.000
Reservas Legal e de Reavaliação	14.029.617	14.601.036
Resultados Transitados	14.613.856	8.929.301
Resultado Líquido do Exercício	13.144.605	7.684.555
Total Situação Líquida (1)	54.288.078	43.714.892
Activos Intangíveis	(331.608)	-
Total (2)	(331.608)	-
Margem de Solvência Disponível (1)	53.956.470	43.714.892
Margem de Solvência Exigida	21.479.938	19.779.633
Excesso / Insuficiência	32.476.532	23.935.259
Rácio Solvência	251%	221%

A partir de 1 Janeiro de 2016, o regime de Solvência II é obrigatoriamente aplicável às Companhias de seguros/resseguradoras estabelecidas na União Europeia.

As novas regras de solvência introduzem critérios mais severos para o cálculo do rácio de solvabilidade, visando melhorar a adequação do capital das Companhias aos riscos assumidos. O principal objetivo desta mudança é a valorização do ativo/passivo com base em princípios económicos, o que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Companhias, e melhorar a avaliação dos riscos aos quais as mesmas estão expostas.

Desde 2009, em linha com o plano de implementação de Solvência II adotado pelo Grupo Ageas, a Occidental Seguros assumiu o compromisso de desenvolver uma transição suave para este novo regime através da implementação de várias iniciativas.

Em 2015, no âmbito da fase preparatória de Solvência II, foi reportada a primeira informação qualitativa e quantitativa ("QRT's") preparada com base nos requisitos de Solvência II à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os resultados desta fase preliminar demonstraram que o rácio de Solvência II da Occidental Seguros está confortavelmente acima do limite mínimo legal exigido, contudo abaixo do rácio de Solvência I. A posição de Solvência II reportada nesta fase considerou a aplicação do "ajustamento de volatilidade", o qual se inclui no conjunto de medidas transitórias de longo prazo propostas pelo Regulador. A Companhia ainda não completou o processo de apresentação do pedido de adoção de medidas transitórias adicionais, que resultarão em impactos positivos na posição de Solvência II.

Nota 26 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por fatores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Eur			
		2015		2014	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	22.467.917	22.467.917	19.479.009	19.479.009
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	10.987.435	10.987.435	15.455.059	15.455.059
		33.455.352	33.455.352	34.934.068	34.934.068
Depósitos recebidos de resseguradores	3	7.590.498	7.590.498	6.474.566	6.474.566
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	37.107.052	37.107.052	25.261.769	25.261.769
		47.826.192	47.826.192	35.632.006	35.632.006

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 27 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o total de garantias bancárias era de Euro 91.000 (2014: Euro 400.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Eur			
	Até 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	75.644	130.279	186.620	392.543

Nota 28 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos numa base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Companhia não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes

O IASB emitiu em 28 Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rêdito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não adotar já este processo e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuições de ativos entre Investidor e Associadas ou Joint Venture (emitidas em 11 Setembro 2014);
- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio 2014 e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro 2014);

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.